

A DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONTÁBIL APLICADA EM UMA EMPRESA DE TURISMO

Patricia Ribeiro de Carvalho¹

RESUMO: Esse artigo tem como principal objetivo apresentar a importância da Demonstração do Fluxo de Caixa como uma ferramenta de auxílio para gestão financeira de uma microempresa. Tem como objetivos específicos evidenciar as principais demonstrações contábeis obrigatórias, a diferença entre o Fluxo de Caixa Financeiro e o Fluxo de Caixa Contábil e demonstrar os métodos de elaboração da Demonstração do Fluxo de Caixa. Para isso, utilizou-se o método de pesquisa descritiva, com uma abordagem qualitativa, através da informação contábil extraída do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício. O tema aborda sobre a importância e a utilização da Demonstração do Fluxo de Caixa aplicada em uma microempresa do ramo de turismo do Rio de Janeiro-RJ, com o intuito de analisar a demonstração através do método indireto e obter um resultado sobre o desempenho financeiro da entidade. A não obrigatoriedade de elaborá-la reflete na gestão organizacional, pois muitos gestores desconhecem a utilidade dessa ferramenta para um planejamento e controle financeiro. Contudo, os resultados da pesquisa concluíram que a Demonstração do Fluxo de Caixa torna-se indispensável para uma qualidade da gestão financeira porque permite realizar um planejamento a curto e longo prazo com informações claras e tempestivas para auxílio na tomada de decisão.

Palavras-chaves: Contabilidade, Fluxo de Caixa, Análise.

1733

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, cresceu em demasia o número de abertura de microempresas e, com isso, o advento da competitividade cada vez mais intensa, levando a limitação da sobrevivência dessas organizações principalmente no que tange aos aspectos financeiros.

Esse artigo aborda a importância do fluxo de caixa como ferramenta de controle financeiro para acompanhamento de investimentos, bem como gastos, permitindo uma avaliação do empreendimento a curto e longo prazo.

Conforme pesquisa realizada pelo Sebrae (2017), as microempresas assumem papel importante na economia, visto trazerem desenvolvimento para o país e benefícios para a sociedade em geral. Entretanto, esses empreendimentos costumam encontrar dificuldades para sobreviver no mercado grande e competitivo, o que as tornam cada vez mais carentes de recursos financeiros tornando-as vulneráveis.

¹Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Estácio de Sá do Rio de Janeiro-RJ (UNESA). Brasil.

De acordo com o Sebrae (2017), 24,4% das microempresas fecham as portas com menos de dois anos de existência e esse percentual pode chegar a 50% nos estabelecimentos com menos de quatro anos.

Tendo em vista o cenário atual, leva-se a seguinte questão: qual a importância e a utilização da Demonstração do Fluxo de Caixa Contábil aplicada em uma microempresa do ramo da área de turismo do Rio de Janeiro-RJ?

A atividade financeira de uma empresa requer um acompanhamento diário de suas operações, a fim de obter uma avaliação sobre seus desempenhos e resultados obtidos, assim como detectar problemas nas operações e revisá-los. Manter o controle do fluxo de caixa permite ter conhecimentos do andamento do empreendimento, como também verificar se possui boa saúde financeira, que é de suma importância.

Devido às mudanças no mercado e a concorrência, faz-se necessário que as empresas possuam um controle exato das entradas e saídas de seus recursos financeiros de curto prazo. Para isso, os gestores devem utilizar o fluxo de caixa como ferramenta de controle e planejamento, visto ser o primeiro passo para o crescimento de um empreendimento.

O objetivo geral desse artigo é apresentar a importância e a utilização da DFC de uma microempresa do ramo da área de turismo do Rio de Janeiro-RJ, tendo como objetivos específicos apresentar as principais demonstrações contábeis obrigatórias, evidenciar a diferença entre o Fluxo de Caixa Financeiro e o Fluxo de Caixa Contábil e demonstrar os métodos de elaboração da DFC.

1734

A questão da importância e a utilização da DFC para o controle financeiro de microempresas tem grande relevância social. Abordar esse tema é imprescindível para demonstrar que o uso dessa ferramenta é fundamental para gestão do negócio, visto não possuir a obrigatoriedade de elaboração. No entanto, propicia aos gestores e futuros profissionais de contabilidade uma melhor gestão financeira para que obtenham bons resultados e crescimento desejado do empreendimento.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

As informações geradas pelo fluxo de caixa são essenciais para os usuários das Demonstrações Contábeis avaliarem a capacidade que a organização tem de gerar caixa e equivalente de caixa, assim como as aplicações de liquidez imediata. Ao se tratar de fluxo de caixa para microempresas, será abordada, inicialmente, as principais demonstrações contábeis obrigatórias de acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis, Comissão

de Valores Mobiliários e a Lei das Sociedades Anônimas. Ademais, trataremos sobre o conceito de Fluxo de Caixa Contábil e seus métodos.

2.1 Demonstrações Contábeis obrigatórias segundo as Normas Contábeis

De acordo com o CPC 26 (R1), as demonstrações contábeis são relatórios que apresentam um conjunto de informações acerca da posição patrimonial e financeira da entidade devendo ser elaborada ao final de cada exercício social. O objetivo das demonstrações é fornecer informações úteis relativa a companhia, o resultado econômico e os fluxos de caixa que sejam necessários ao maior número de usuários para auxiliar a tomada de decisão. As demonstrações contábeis também apresentam os resultados da atividade da administração na gestão da empresa e sua capacitação na prestação de contas quanto aos recursos que lhe foram atribuídos.

As principais demonstrações obrigatórias de acordo com o CPC 26 são: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração do resultado Abrangente, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxo de Caixa e Notas Explicativas.

1735

2.1.1 Balanço Patrimonial

O balanço patrimonial é a principal demonstração financeira obrigatória de acordo com a Lei 6.404/76. Ela demonstra a posição contábil, a financeira e a econômica da empresa, isto é, os bens, os direitos e as obrigações da entidade, em determinado período. Deve ser elaborado de maneira precisa e rigorosa, a fim de fornecer informações adequadas e um controle patrimonial eficiente.

Conforme dispõe o art. 178 da Lei 6.404/76 e as Normas Brasileiras de Contabilidade, o Balanço Patrimonial é composto pelos grupos do Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido. O patrimônio é constituído pelos bens e direitos com as obrigações e as participações dos acionistas, assim como o próprio nome já diz, o balanço é um equilíbrio, a igualdade patrimonial.

2.1.2 Demonstração do Resultado do Exercício

Segundo o CPC 26, a Demonstração do Resultado do Exercício é um relatório contábil elaborado em conjunto com o Balanço Patrimonial que descreve as operações

realizadas pela empresa em determinado período. Trata-se de uma ferramenta utilizada também para examinar se o negócio em questão está dando lucro ou prejuízo.

Baseado no pronunciamento do CPC 26, o objetivo é demonstrar a formação do resultado líquido do exercício através do confronto entre receitas e despesas e resultados apurados gerando informações necessárias para tomada de decisão. Quando as receitas superam as despesas, a DRE demonstrará um lucro, caso contrário, o resultado poderá ser negativo, trazendo prejuízo para a companhia.

2.1.3. Demonstração do Resultado Abrangente

De acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, a DRA é uma importante ferramenta de análise gerencial, pois tem como objetivo demonstrar a alteração ocorrida no patrimônio líquido de uma sociedade em determinado período decorrente de transações e outros eventos, além de circunstâncias não originadas dos sócios. As informações fornecidas através dessa demonstração são necessárias para apoiar o processo decisório de usuários que não podem exigir relatórios específicos para atender suas necessidades de informação.

O CPC 26, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade, estabelece que o lucro abrangente seja calculado a partir do lucro líquido apurado na DRE, assim a demonstração do resultado abrangente deve incluir também:

- (a) Resultado líquido de vendas ou serviços prestados do período.
- (b) Os demais itens dos outros resultados abrangentes classificados de acordo com a sua natureza.
- (c) Parcela dos demais resultados abrangentes reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial de empresas investidas.
- (d) Resultado abrangente do exercício social.

Conforme exposto no CPC 06, vale ressaltar que caso a entidade apresente a DRE separada da DRA, ela não deve apresentar a demonstração do resultado incluída na demonstração do resultado abrangente.

2.1.4. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Conforme a Resolução nº 1.185, publicada pelo Conselho Federal de Contabilidade em 2009, a DMPL, bem com o Balanço Patrimonial e a DRE, tornaram-se obrigatórias. Esse

demonstrativo substituiu a Demonstração de Lucros e Prejuízos Acumulados (DLPA), dessa forma, todas as informações que faziam parte da DLPA passaram a compor a DMPL.

Segundo as Normas Brasileiras de Contabilidade, a DMPL representa o movimento dos recursos, a origem e o destino durante o exercício, tendo o objetivo de evidenciar todas as movimentações realizadas nas contas que compõem o Patrimônio Líquido: reserva de capital, reserva de lucros, reserva de reavaliação, capital social e lucros ou prejuízos acumulados. Por meio desse demonstrativo contábil, o gestor ou administrador pode avaliar se as contas estão equilibradas ou se há entraves que precisam ser resolvidos com prioridade a partir do próximo exercício social, a fim de garantir o bom andamento dos negócios e o alcance dos resultados planejados.

2.1.5. Demonstração do Fluxo de Caixa

Conforme Silva (2017), enquanto na DRE as receitas e despesas são registradas pelo regime de competência, na elaboração da DFC o regime é de caixa. Nada mais é que um relatório contábil que evidencia as entradas e saídas de dinheiro e quais foram os resultados desse fluxo durante determinado tempo.

O CPC 03 (R2) esclarece que, as informações que fazem parte da Demonstração do Fluxo de Caixa quando são usadas concomitantemente com as informações de outras demonstrações contábeis, podem ajudar os usuários na comprovação da capacidade de a companhia gerar caixa e equivalente de caixa, bem como evidenciar o grau de solvência, visando a redução de gastos onerosos e desnecessários.

De acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a companhia deverá elaborar a Demonstração dos Fluxos de Caixa de acordo com os requisitos do pronunciamento técnico e apresentá-la como elemento das suas demonstrações contábeis ao final de cada ciclo. Esse demonstrativo tem por objetivo proporcionar informações úteis aos seus usuários, os quais estão interessados em saber como a entidade constitui e utiliza o caixa e equivalente de caixa. Esse é o ponto, independentemente da natureza das atividades da empresa, e ainda que o caixa seja visto como artefato da entidade, como pode ser o caso de instituição financeira.

Conforme o CPC dispõe, a DFC quando utilizada em conjunto com as outras demonstrações contábeis possibilita informações que autorizam os usuários avaliarem as modificações nos ativos líquidos da empresa, sua estrutura financeira, a liquidez e solvência. Também é capaz de avaliar a sua competência para mudar os montantes e a época de

ocorrência dos fluxos de caixa, a fim de ajustar as transformações nas circunstâncias e oportunidades.

Isto posto, esclarece ainda que as organizações precisam de caixa basicamente pelas mesmos motivos, por mais diversificados que sejam as suas principais funções que geram receita. Elas necessitam de caixa para levar a conclusão suas operações, honrar com suas obrigações e possibilitar uma recompensa para seus investidores. Sendo assim, este pronunciamento solicita que todas as empresas apresentem a Demonstração do Fluxo de Caixa.

2.1.6 Notas Explicativas

Silva (2017) informa que as notas explicativas fazem parte de cada demonstração contábil, dissemelhante das outras demonstrações, ela é responsável por particularizar estipuladas ocorrências que não foram categoricamente abrangidas antes.

Segundo o CPC 26 (R1), as notas explicativas contêm informação adicional em relação as demonstrações apresentadas como: a estrutura, a divulgação das políticas contábeis, fontes de incertezas das estimativas, entre outras divulgações que devam constar nesse demonstrativo contábil. As informações apresentadas poderão ser descritas ou segregadas e informadas a respeito da abertura de itens não divulgados nas demonstrações, assim como itens os quais não se enquadram nos critérios de reconhecimento.

1738

2.2 Demonstrações Contábeis obrigatórias segundo a Lei das Sociedades Anônimas

Segundo o art. 176, da Lei 6.404/76., a entidade deverá elaborar com base na escrituração mercantil da companhia, ao final de cada exercício, as seguintes demonstrações financeiras: Balanço Patrimonial, Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração do Fluxo de Caixa e, se companhia aberta, a Demonstração do Valor Adicionado. Elas deverão expor com compreensibilidade a situação do patrimônio e as mudanças que aconteceram no exercício.

Conforme exposto no inciso 4º, do art. 176, as demonstrações serão acompanhadas por notas explicativas e outros relatórios analíticos ou demonstrações contábeis necessárias para transparência e esclarecimento das informações acerca da situação patrimonial e dos resultados do exercício.

O art. 188 da Lei 6.404/76 evidencia que as demonstrações do fluxo de caixa demonstrarão as alterações ocorridas durante o exercício, no saldo de caixa e equivalente de caixa, dividindo-se em três fluxos: operacional, financiamento e investimento.

Conforme exposto pela Comissão de Valores Mobiliários, na sua deliberação nº 641, as informações da DFC proporcionam aos seus usuários um suporte para analisar a capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa, assim como da época de sua ocorrência e do grau de solvência que a entidade possui. O objetivo desta deliberação é a prestação de informações acerca das alterações históricas de caixa e equivalentes de caixa da organização por meio da DFC que deverá elaborada através da classificação dos três fluxos citados anteriormente.

2.3. Demonstrações contábeis obrigatórias para as pequenas e médias empresas

Segundo a NBC TG 1000, as pequenas e médias empresas são entidades que não tem obrigação de prestar contas ao poder público e não tem obrigatoriedade de elaborar as demonstrações contábeis para fins gerais para os usuários externos. Porém, afirma que a organização que possui instrumentos de dívidas ou patrimoniais no mercado ou que estiverem no processo de emissão de tais documentos para serem negociados no mercado aberto, assim como possuírem ativos em condição fiduciária diante de um grupo de terceiros com um de seus principais negócios estarão sujeitas a prestação de contas.

1739

De acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, as demonstrações contábeis de médias e pequenas empresas tem por objetivo tornar úteis as informações e definir os conceitos e princípios básicos da contabilidade. Contudo, informa em seu pronunciamento que as demonstrações obrigatórias para as micro e pequenas empresas são: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados e as Notas Explicativas.

Todavia, discorre que a Demonstração do Resultado Abrangente será obrigatória caso a atividade da organização requeira maiores informações a respeito da posição patrimonial e financeira para divulgação para seus usuários.

De acordo com a NBC TG 1000:

É necessária quando a adoção de uma exigência particular desta Norma for insuficiente para permitir que os usuários compreendam os efeitos de transações, outros eventos e condições específicas sobre a posição financeira e desempenho da entidade..

No caso da divulgação da DRA deverá ser analisada as disposições apresentadas na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

Isto posto, no inciso 6º do art. 176, da Lei 6.404/76 evidencia que a companhia fechada que apresente ao final do exercício social o patrimônio líquido inferior a R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais) não será obrigada a elaborar a Demonstração do Fluxo de Caixa.

2.4 Fluxo de Caixa Contábil X Fluxo de Caixa Financeiro

O fluxo de caixa contábil é uma demonstração que fornece informações úteis aos usuários das demonstrações contábeis. O CPC 03 (R2) informa que a estrutura da DFC se compõem de quatro grupos: disponibilidades, atividades operacionais, de investimentos e de financiamentos, o qual será abordado no item 2.4.2. O Sebrae (2019) inteira que o fluxo de caixa é um instrumento básico de planejamento e controle financeiro que visa auxiliar os empresários na tomada de decisão.

O Sebrae (2019) explica que o fluxo de caixa tem uma característica temporal, pode ser diário, semanal, mensal ou anual, trazendo projeções dos próximos fluxos. De acordo com o Senac (2011), para elaboração do fluxo de caixa financeiro é necessário apresentar para cada lançamento (entradas e saídas) o registro da data, o valor, a conta originária ou a recebedora de recursos, a forma de pagamento ou recebimento, bem como um histórico descritivo do lançamento. Dessa forma, representará o movimento de caixa e uma previsão do saldo futuro esperado em um determinado período, auxiliando nas operações do dia a dia da entidade.

Segundo Silva (2017), o fluxo de caixa utiliza linguagem e conceitos simples possibilitando uma melhor compreensão das informações produzidas para os usuários das demonstrações contábeis. Ainda enfatiza que, a falta de geração de caixa para financiar as operações da empresa tem levado muitas ao processo de falência com a emenda de que nem sempre a entidade lucra gerando caixa.

Goldratt e Cox (1900) explica que “é possível que uma empresa apresente lucro líquido e um bom retorno sobre investimentos e ainda assim vá à falência”. Portanto, ter conhecimento e utilizar o fluxo de caixa como ferramenta de planejamento e acompanhamento do desempenho financeiro é fundamental para a continuidade da atividade da organização. Manter o controle do fluxo de caixa permite aos usuários identificar se o negócio está indo bem ou não, se a empresa está cumprindo com suas obrigações e, dessa forma, está garantindo um equilíbrio financeiro.

2.4.1 Demonstração do Fluxo de Caixa Contábil

De acordo com Silva (2017), a DFC será obtida através de dois métodos de elaboração: o direto e o indireto. Sendo a forma direta obtida a partir das movimentações do caixa e equivalentes de caixa e a forma indireta com base no lucro ou prejuízo decorrentes das atividades do negócio durante o exercício.

2.4.1.1 Método Direto

No método direto, as entradas e saída são apresentadas de forma direta. Segundo Silva (2017), permite aos usuários da demonstração contábil um fácil entendimento acerca dos recebimentos e pagamentos decorrentes das atividades operacionais, possibilitando uma base para avaliar o grau de liquidez, a capacidade de pagamento de dívidas e a rentabilidade gerada.

Conforme exposto na tabela 1, o modelo ilustrativo da DFC pelo método direto demonstra de forma objetiva o fluxo das receitas e despesas, além de sintetizar e garantir transparências nas informações apresentadas.

Tabela 1
Modelo de Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Direto

Fluxos de caixa originados de:	Atividades Operacionais
Valores recebidos de clientes	X
Valores pagos a fornecedores e empregados	(X)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(X)
Pagamentos de contingências	(X)
Recebimentos por reembolso de seguros	X
Recebimentos de lucros e dividendos de subsidiárias	X
Outros recebimentos (pagamentos) líquidos	X

Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades operacionais	X
	Atividades de Investimentos
Compras de imobilizado	(X)
Aquisição de ações/cotas	(X)
Recebimentos por vendas de ativos permanentes	X
Juros recebidos de contratos de mútuos	X

Atividades de investimentos	X
	Atividades de Financiamentos
Integralização de capital	X
Pagamentos de lucros e dividendos	(X)
Juros recebidos de empréstimos	X
Juros pagos por empréstimos	(X)
Empréstimos tomados	X
Pagamentos de empréstimos/debêntures	(X)
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de financiamentos	X

Aumento (Redução) nas disponibilidades	X
Disponibilidades - no início do período	X
Disponibilidades - no final do período	X
==	

Fonte: NPC 20 - Pronunciamento do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil - IBRACON nº 20 de 30/04/1999

2.4.1.2. Método Indireto

No método indireto, Silva (2017) informa que a demonstração é feita através da conciliação entre o lucro líquido e o disponível decorrente das operações.

Tabela 2

Modelo de Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto

Fluxos de caixa das atividades operacionais	
Resultado do exercício/período	X
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais	
Depreciação e amortização	X
Resultado na venda de ativos permanentes	X
Equivalência patrimonial	(X)
Recebimento de lucros e dividendos de subsidiárias	X
Variações nos ativos e passivos	
(Aumento) Redução em contas a receber	X
(Aumento) Redução nos estoques	X
Aumento (Redução) em fornecedores	X
Aumento (Redução) em contas a pagar e provisões	X
Aumento (Redução) no imposto de renda e contribuição social	X

Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades operacionais	X
Fluxos de caixa das atividades de investimentos	
Compras de imobilizado	(X)
Aquisição de ações/cotas	(X)
Recebimentos por vendas de ativos permanentes	X

Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de investimentos	X
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos	
Integralização de capital	X
Pagamentos de lucros dividendos	(X)
Empréstimos tomados	X
Pagamentos de empréstimos/debêntures	(X)
Juros recebidos de empréstimos	X
Juros pagos por empréstimos	(X)

Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de financiamentos	X

Aumento (Redução) nas disponibilidades	X
No início do período	X
No final do período	X
===	

1742

Fonte: NPC 20 - Pronunciamento do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil- IBRACON nº 20 de 30/04/1999

Iudícibus et al. (2008, p 445), explicam que para atender ao método indireto se faz necessário:

(a) Remover do lucro líquido os diferimentos que não afetaram o caixa e todas as alocações na DRE que possam ser caixa no futuro.

(b) Remover do lucro líquido as alocações ao período de consumo de ativos de longo prazo e aqueles itens cujo efeitos no caixa sejam relacionados como atividades de investimentos ou financiamento.

Segundo o art. 188, da Lei 11.638/07, o formato adotado para elaboração da Demonstração do Fluxo de Caixa é o de classificação das movimentações de caixa por grupo de atividades operacionais, de investimento e de financiamento da maneira que seja mais apropriada a atividade da organização. Dessa forma, permite aos usuários confrontarem as informações obtidas através de cada atividade com a situação atual da empresa e sua capacidade de caixa e equivalente de caixa.

Conforme mostra a tabela 2, o modelo ilustrativo da DFC pelo método indireto demonstra o desempenho financeiro da empresa e sua geração de receita. Esse método exige maior conhecimento de contabilidade por parte do usuário da demonstração, cuja análise deve compreender a capacidade que a empresa tem de honrar com seus compromissos e de realizar investimentos.

1743

2.4.2 Estrutura da DFC

Com o objetivo de oferecer uma melhor compreensão de como a organização gera e consome caixa, a estrutura da DFC é moldada por grupos de atividades, em três categorias: operacional, de investimento e de financiamento, respectivamente. Silva (2017), inteira que esses fluxos evidenciarão as entradas e saídas de dinheiro em um determinado período de tempo, demonstrando as causas da variação do Capital Circulante Líquido (CCL).

Por último, é apresentada a demonstração da variação no saldo de caixa do período que consiste na diferença entre o saldo atual e saldo anterior, o que ocasiona a movimentação entre os fluxos de caixa da organização.

2.4.2.1. Atividade Operacional

De acordo com Iudícibus et al. (2008), as atividades operacionais relacionam-se com a produção e entrega de bens e serviços e outras atividades que diferem das de investimento e financiamento. São as principais atividades geradoras de receita da organização e, normalmente, relacionam-se com as transações que aparecem na Demonstração de Resultados.

Segundo Iudícibus et al. (2008, p.442), os exemplos de fluxos de caixa classificado por atividade operacional são:

Entradas:

- (a) Recebimento de caixa pela venda de mercadorias e pela prestação de serviços.
- (b) Recebimento de aplicações financeiras e juros decorrente de empréstimos concedidos.
- (c) Recebimento de dividendos pela participação no patrimônio de outras entidades.
- (d) Outros recebimentos que não decorram das atividades de investimento e financiamento.

Saídas:

- (a) Pagamento a fornecedores de matéria prima para a produção ou de bens para venda.
- (b) Pagamento dos juros referente aos financiamentos obtidos.
- (c) Pagamento de encargos, multas, taxas e outros tributos.

1744

2.4.2.2. Atividade de Investimento

De acordo com Iudícibus et al. (2008), as atividades de financiamento relacionam-se com o aumento ou a diminuição dos ativos de longo prazo. São os referentes à aquisição e à venda de ativos de longo prazo e de outros investimentos que não estejam incluídos nos equivalentes de caixa.

Iudícibus, Martins e Gelbcke (2008, p.442), relacionam exemplos de fluxos de caixa classificado por atividade de investimento como:

Entradas:

- (a) Recebimentos de caixa resultantes da venda de ativo imobilizado, intangíveis e outros ativos de longo prazo.
- (b) Receita de venda de títulos de investimento a outras entidades.
- (c) Receita de venda de participações em outras entidades.

Saídas:

- (a) Pagamento na aquisição de títulos de investimentos de outras entidades e despesas referente aos empréstimos concedidos.
- (b) Pagamentos em caixa para aquisição de ativo imobilizado, intangíveis e outros ativos de longo prazo.
- (c) Pagamento de equipamentos, ativos imobilizados ou outros ativos utilizados na produção.

2.4.2.3. Atividade de Financiamento

De acordo com Iudícibus et al. (2008), as atividades de financiamento relacionam-se com os empréstimos de credores e investidores à entidade. São aquelas que resultam em mudanças no tamanho e na composição do capital próprio e do endividamento da entidade, não classificadas como atividade operacional.

Iudícibus, Martins e Gelbcke (2008, p. 442-443), ainda relacionam alguns exemplos das atividades de financiamento:

Entradas:

- (a) Receita de venda pela emissão de ações.
- (b) Recebimento de caixa referente a empréstimos, emissão de debêntures, notas promissórias e demais instrumentos. 1745
- (c) Receita de venda de contribuições que visam adquirir, construir ou expandir a planta instalada sob determinação dos doadores, no que tange a equipamentos e outros ativos de ligados à produção.

Saídas:

- (a) Pagamento em caixa a investidores e juros sem capital próprio ou outros dividendos aos donos, contendo o resgate de ações da própria entidade.
- (b) Amortização de empréstimos obtidos (exceto juros).
- (c) Pagamento do valor principal do imobilizado adquirido a curto ou a longo prazo.

3 METODOLOGIA

Segundo Gil (2008), a metodologia é o estudo do método a ser aplicado na pesquisa que se pretende abordar, tendo como objetivo fundamental encontrar respostas para as questões que surgirem no decorrer da pesquisa através de procedimentos científicos.

Pode-se definir método como caminho para se chegar a determinado fim. E método científico como o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento (GIL,2008).

Dessa forma, entende-se que método é o meio propriamente dito, a maneira de agir ao organizar as etapas a serem cumpridas, na busca para descobrir respostas para se chegar a um determinado fim.

3.1 Classificação

3.1.1. Quanto ao Objeto

Gil (2008) relata que é possível classificar a pesquisa em três grupos.

3.1.1.1 Pesquisa Exploratória

O objetivo principal dessa pesquisa, segundo o autor, é o de proporcionar uma visão geral, tornando familiar o objeto de estudo. Esse tipo de pesquisa é utilizado quando o assunto escolhido é pouco explorado. Portanto, não requer a formulação de hipóteses, mas a busca por informações e definição de objetivos sobre determinado assunto. De acordo com Gil (2008), normalmente as pesquisas exploratórias envolvem:

- (a) Listagem bibliográfica.
- (b) Entrevista com indivíduos que tiveram experiências práticas com o tema.
- (c) Estudo de caso.

1746

3.1.1.2 Pesquisa Explicativa

Para Gil (2008), trata-se de uma pesquisa que se preocupa em identificar os acontecimentos que contribuem ou determinam para ocorrência dos fenômenos. Isto é, busca explicar a razão das coisas mediante as informações apresentadas. Segundo o autor Gil (2008), uma pesquisa explicativa pode ser uma continuação de uma pesquisa descritiva, visto que a constatação de acontecimentos que determinam um fenômeno exige que este seja capaz de descrever e detalhar.

3.1.1.3 Pesquisa Descritiva

O objeto desse artigo trata-se de pesquisa descritiva, pois o estudo foi realizado com base nas Demonstrações Contábeis de uma microempresa afim de elaborar a Demonstração do Fluxo de Caixa para apresentar a importância e utilização dessa ferramenta na gestão financeira do negócio.

De acordo com Gil (2008), o objetivo principal é a descrição de características a respeito de um determinado fenômeno ou população. Esse tipo de pesquisa é realizado a partir do registro, análise e correlação dos fatos, sem manipulação dos mesmos. Algumas pesquisas descritivas estudam as características de um grupo pela sua distribuição por: gênero, idade, nível de escolaridade, nível de renda, entre outros.

O autor relata que “algumas pesquisas descritivas vão além da simples identificação da existência entre as variáveis, pretendendo determinar a natureza dessa relação”. Neste caso, existe uma aproximação de uma pesquisa explicativa. Por outro lado, existem pesquisas que mais se aproximam de pesquisas exploratórias, servindo para proporcionar uma visão abrangente do problema.

3.1.2. Quanto às variáveis

De acordo com Guimarães (2008) as variáveis podem ser divididas em dois grupos.

3.1.2.1. Quantitativas

Segundo o autor, as variáveis quantitativas se apresentam como possíveis números decorrente de uma contagem ou mensuração. Elas são classificadas em:

1747

(a) Discretas: cuja variável é mensurada através da técnica de contagem por números inteiros. Exemplo: número de filhos.

(b) Contínua: são avaliados por mensuração que resultam em valores que se apresentam com número decimais. Exemplo: estatura dos indivíduos.

3.1.2.2. Qualitativas

O objeto de estudo deste artigo é a pesquisa apresentada por meio de uma abordagem qualitativa, com relação a compreensão e percepções de um modelo de gestão financeira através da elaboração da Demonstração do Fluxo de Caixa.

Nesse sentido, neste tipo de pesquisa pretende-se interpretar os acontecimentos e entender as relações existentes entre os constructos a partir da ótica do pesquisador, levando em consideração seus vieses, seus valores e suas origens pessoais, tais como gênero, história, cultura e status socioeconômico que podem moldar suas interpretações durante o estudo (CRESWELL, 2010).

Dessa forma, Marconi e Lakatos (2010) explicam que a variável qualitativa se trata de uma pesquisa que pretende compreender e interpretar aspectos de forma acentuada, descrevendo e fornecendo análises discriminadas sobre as investigações, atitudes e

tendências de comportamento. Nesse sentido, a pesquisa aborda os processos e os significados.

3.1.3. Quanto à abrangência

Estudo acerca da importância e utilização da Demonstração do Fluxo de Caixa Contábil aplicada em uma microempresa.

Segundo a Embratur (2019), a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) realizou uma pesquisa que apontou um recorde de faturamento e geração de empregos na área de turismo já registrado nos últimos quatro anos. De acordo com o Ministério de Turismo, nos primeiros sete meses de 2019, o valor faturado foi de R\$136,7 bilhões, sendo o melhor desempenho já registrado. Tendo em vista o grande avanço, em julho, o turismo brasileiro faturou R\$20,4 bilhões, gerando 25 mil empregos nos últimos doze meses.

A Embratur (2019) ainda informa que a região Sudeste apresentou o maior faturamento em julho com R\$12,5 bilhões, seguido da região Sul, que apresentou um montante de R\$ 3,33 bilhões. Já entre os estados, São Paulo se destaca com 41,1% das vendas nacionais ligadas ao turismo, enquanto o Rio de Janeiro segue representando 10,4%.

1748

3.1.3.1 População

De acordo com o sistema de Cadastro de pessoas físicas ou jurídicas que atuam no setor de Turismo (Cadastur), criado pelo Ministério do Turismo, o Brasil possui, aproximadamente, cerca de 95.748 cadastros regulares. Na região Sudeste existem por volta de 47.248 empresas ativas. Já entre os estados, São Paulo representa cerca de 20.619 cadastros, enquanto o Rio de Janeiro é o segundo estado com maior número de empresas regulares, em torno de 16.263 registros.

3.1.3.2 Amostra

Pesquisa realizada, no período de dois anos, em uma microempresa sob o regime tributário Simples Nacional do ramo de turismo do Rio de Janeiro-RJ atuante na área de agenciamento de viagens desde o ano 2001.

3.1.3.3 Quanto ao Tempo

Retrospectiva no período de 2017 e 2018.

3.2 Coleta de Dados

3.2.1 Fontes

As fontes de informações obtidas para realização deste artigo classificam-se em primárias e secundárias:

- (a) Primárias: Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício.
- (b) Secundárias: Informações fornecidas pelo CPC através dos Pronunciamentos Contábeis, análise de conteúdos com base em livros, artigos científicos e informações acessíveis em site.

3.2.2 Técnica de Coleta de Dados

As técnicas utilizadas para coleta de dados foram classificadas em dois tipos.

3.2.2.1 Observação

Este artigo baseia-se na técnica de observação, pois as Demonstrações Contábeis serão objeto de estudo para elaboração da Demonstração do Fluxo de Caixa pelo método indireto.

1749

Segundo Gil (2008), essa técnica é fundamental para a pesquisa, desde sua formulação até a interpretação das informações, visto apresentar um bom desempenho durante o processo. Todavia, na fase de coleta de dados é onde a técnica mais ganha destaque. Por ser bastante utilizada, seja apenas para identificação dos dados outras partes ou em da pesquisa, a técnica de observação é classificada como método de investigação. Nada mais é que observar os fenômenos ocorridos afim de adquirir conhecimentos necessários para prosseguir com a pesquisa.

3.2.2.2 Registro

De acordo com Gil (2008), o registro é realizado no momento em que a observação ocorre e pode assumir formas distintas. Entre os modelos de registro temos o de tabular, planilhar, preencher formulários, tomar notas, assim como gravar sons e imagens, sendo os dois últimos considerado pelo autor como os mais frequentes.

Para Gil (2008) o registro pode ser estruturado de diferentes formas. Em algumas delas o pesquisador poderá ter liberdade para tomar notas e, em outras, apenas analisar os dados, visto o nível da pesquisa ser bem definido. Neste caso, o pesquisador terá uma lista

preestabelecida, como uma tabela, onde cada coluna corresponde a uma observação e cada linha o período ocorrido.

A técnica utilizada nesse artigo foi o de registro por tabelas ao extrair um conjunto de informações das Demonstrações Contábeis para elaborar a DFC pelo método indireto no período de dois anos.

3.3 Procedimentos

3.3.1 Pesquisa Bibliográfica

A pesquisa bibliográfica baseou-se na análise dos pronunciamentos técnicos do CPC 03 e 26 e no Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações publicado pelos autores Sérgio de Iudícibus, Eliseu Martins e Ernesto Rubens Gelbcke.

3.3.2 Pesquisa Documental

Os documentos utilizados para elaboração da Demonstração do Fluxo de Caixa foram: o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício, referente ao período do ano 2017 e 2018.

1750

3.3.3 Estudo de Caso

O estudo de caso foi realizado com base nas Demonstrações Contábeis fornecidas por uma organização enquadrada no porte de microempresa, registrada no regime tributário Simples Nacional, no ramo de turismo do Rio de Janeiro – RJ.

4. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Inicialmente será apresentada a DFC pelo método indireto de acordo com as Demonstrações Contábeis do período de 2017 e 2018 com uma breve explicação de como ela foi elaborada e as análises dos resultados obtidos.

4.1 Análise da Demonstração do Fluxo de Caixa do ano 2017

4.1.1 Elaboração da DFC

Tabela 3

Balanço Patrimonial da microempresa de Turismo do ano 2017

BALANÇO PATRIMONIAL 2016-2017				
CONTAS	31/12/2016	31/12/2017	VARIAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
ATIVO CIRCULANTE	R\$ 277.434,22	R\$ 148.618,01	-R\$ 128.816,21	
CAIXA	R\$ 667,68	R\$ 667,68	R\$ -	Disponibilidades
VALORES IMOBILIÁRIOS/	R\$ 252.580,79	R\$ 132.373,12	-R\$ 120.207,67	Disponibilidades
CLIENTES	R\$ 2.740,00	R\$ 2.740,00	R\$ -	Operacional
OUTROS VALORES A	R\$ -	R\$ 427,25	R\$ 427,25	Operacional
ADIANTAMENTOS DIVERSOS	R\$ 8.253,33	R\$ 1.750,72	-R\$ 6.502,61	Operacional
IMPOSTOS E CONTRIB. A	R\$ 13.192,42	R\$ 10.659,24	-R\$ 2.533,18	Operacional
ATIVO NÃO CIRCULANTE	R\$ 57.847,05	R\$ 56.583,67	-R\$ 1.263,38	
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	R\$ 1.725,87	R\$ 1.725,87	R\$ -	Operacional
DEPÓSITOS JUDICIAIS	R\$ 1.725,87	R\$ 1.725,87	R\$ -	Operacional
IMOBILIZADO	R\$ 52.688,58	R\$ 52.115,56	-R\$ 573,02	
IMOBILIZADO	R\$ 160.040,33	R\$ 181.452,99	R\$ 21.412,66	Investimento
DEPRECIACÃO ACUMULADA	-R\$ 107.351,75	-R\$ 129.337,43	-R\$ 21.985,68	-
INTANGÍVEL	R\$ 3.432,60	R\$ 2.742,24	-R\$ 690,36	
INTANGÍVEL	R\$ 6.880,00	R\$ 6.880,00	R\$ -	Investimento
AMORTIZAÇÃO DO	-R\$ 3.447,40	-R\$ 4.137,76	-R\$ 690,36	-
PASSIVO CIRCULANTE	R\$ 260.956,67	R\$ 222.775,34	-R\$ 38.181,33	
FORNECEDORES	R\$ -	R\$ 28,59	R\$ 28,59	Operacional
PROV. FÉRIAS E 13º SALÁRIO	R\$ 14.231,87	R\$ 23.439,75	R\$ 9.207,88	Operacional
ENCARGOS SOCIAIS A	R\$ 9.984,86	R\$ 13.205,13	R\$ 3.220,27	Operacional
IMPOSTOS RETIDOS A	R\$ 2.248,71	R\$ 3.892,73	R\$ 1.644,02	Operacional
IMPOSTOS E CONTRIB. S/	R\$ 4.993,41	R\$ 4.900,16	-R\$ 93,25	Operacional
OUTRAS CONTAS A	R\$ 3.243,40	R\$ 7.559,40	R\$ 4.316,00	Operacional

SERVIÇOS PRESTADOS	R\$ 226.254,42	R\$ 169.749,58	-R\$ 56.504,84	Operacional
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	R\$ 74.144,60	-R\$ 17.573,66	-R\$ 91.718,26	
CAPITAL SOCIAL	R\$ 1.099.674,00	R\$ 1.099.674,00	R\$ -	Financiamento
PREJUÍZOS ACUMULADOS	-R\$ 1.025.529,40	-R\$ 1.025.790,24	-R\$ 260,84	Financiamento
RESULTADO DO EXERCÍCIO	R\$ -	-R\$ 91.457,42	-R\$ 91.457,42	Financiamento

Fonte: elaborado pelo autor

Tabela 4

Demonstração do Resultado do Exercício da microempresa de Turismo do ano 2017

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - 2017	
RECEITA BRUTA	R\$ 812.941,09
(-) DEDUÇÕES	-R\$ 41.010,53
RECEITA LÍQUIDA	R\$ 771.930,56
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS	-R\$ 840.702,30
(-) DESPESAS FINANCEIRAS	-R\$ 3.536,27
(-) DESPESAS TRIBUTÁRIAS	-R\$ 19.559,24
(+) RECEITAS FINANCEIRAS	R\$ 3.451,53
PREJUÍZO OPERACIONAL	-R\$ 88.415,72
PREJUÍZO ANTES DA CSLL	-R\$ 88.415,72
(-) CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-R\$ 1.140,64
PREJUÍZO ANTES DO IR	-R\$ 89.556,36
(-) IR	-R\$ 1.901,06
PREJUÍZO LÍQUIDO	R\$ 91.457,42

Fonte: elaborado pelo autor

4.1.2 Explicação da Estrutura

A DFC foi elaborada com base no Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício pelo método indireto. Os dados coletados foram registrados em uma tabela para fins de cálculo da variação dos saldos das contas do ativo, passivo e patrimônio líquido do exercício social do ano de 2017, sendo classificadas as atividades de acordo com a operação da empresa, conforme mostra a tabela a seguir.

Tabela 5
Demonstração do Fluxo de Caixa do ano 2017

DFC MÉTODO INDIRETO - 2017		
Operacional		
Prejuízo Líquido do Exercício	-R\$	91.457,42
(+) Depreciação Acumulada	R\$	21.985,68
(+) Amortização Acumulada	R\$	690,36
(=) Lucro Líquido Ajustado	-R\$	68.781,38
(-) Outros Valores a Receber	-R\$	427,25
(+) Adiantamento Diversos	R\$	6.502,61
(+) Impostos e Contribuições a Recuperar	R\$	2.533,18
(+) Fornecedores	R\$	28,59
(+) Provisão de Férias e 13º Salário	R\$	9.207,88
(+) Encargos Sociais a Pagar	R\$	3.220,27
(+) Impostos Retidos a Recolher	R\$	1.644,02
(-) Impostos e Contribuições S/ Receitas	-R\$	93,25
(+) Outras Contas a Pagar	R\$	4.316,00
(-) Serviços Prestados de Terceiros	-R\$	56.504,84
(=) Caixa Consumido Atividade Operacional	-R\$	29.572,79
Investimento		
(-) Imobilizado	-R\$	21.412,66
(=) Caixa Consumido Atividade Investimento	-R\$	21.412,66
Financiamento		
Prejuízo Acumulado	-R\$	260,84
(=) Caixa Consumido Atividade Financiamento	-R\$	260,84
Variação do Caixa	-R\$	120.027,67

Fonte: elaborado pelo autor

Partindo do Resultado Líquido foram realizados ajustes no resultado da entidade e nas variações do Balanço Patrimonial. O método indireto baseia-se pela geração ou consumo de recursos em três atividades: operacional, investimento e financiamento. Dessa forma, a estrutura é dividida em dois ajustes, sendo o primeiro: o registro do Resultado Líquido e a soma e a subtração dos lançamentos que afetaram o Resultado, mas que não tiveram efeito no caixa – como foi apresentado a depreciação e amortização acumuladas; e no segundo ajuste são somadas e subtraídas as variações nos saldos das contas vinculadas às operações. Por fim, encontra-se o saldo de caixa.

4.1.3 Análise da DFC

Verificou-se que ao final do exercício social de 2017 a empresa apresentou um prejuízo líquido. A DRE apontou uma situação econômica desfavorável, visto as despesas excederem

as receitas. Dessa forma, a empresa não apresentou lucro suficiente para absorver os prejuízos acumulados. Isto pode ser visto no aumento de suas obrigações, excedendo 5,81% de sua receita bruta. Percebe-se também que as atividades dos fluxos de caixa apresentaram saldos negativos, o que demonstra que a empresa não possuiu um equilíbrio financeiro.

4.2 Análise da Demonstração do Fluxo de Caixa do ano 2018

4.2.1 Elaboração da DFC

Tabela 6

Balanço Patrimonial da microempresa de Turismo do ano 2018

BALANÇO PATRIMONIAL 2017-2018				
CONTAS	31/12/2017	31/12/2018	VARIAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
ATIVO CIRCULANTE	R\$ 148.618,01	R\$ 223.166,58	R\$ 74.548,57	
CAIXA	R\$ 667,68	R\$ 4.024,37	R\$ 3.356,69	Disponibilidades
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	R\$ 132.373,12	R\$ 212.529,95	R\$ 80.156,83	Disponibilidades
OUTROS VALORES A RECEBER	R\$ 3.167,25	R\$ -	-R\$ 3.167,25	Operacional
ADIANTAMENTO DIVERSOS	R\$ 1.750,72	R\$ -	-R\$ 1.750,72	Operacional
IMPOSTOS E CONTRIB. A RECUP	R\$ 10.659,24	R\$ 6.612,26	-R\$ 4.046,98	Operacional
ATIVO NÃO CIRCULANTE	R\$ 56.583,67	R\$ 43.784,87	-R\$ 12.798,80	
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	R\$ 1.725,87	R\$ 1.725,87	R\$ -	Operacional
DEPÓSITOS JUDICIAIS	R\$ 1.725,87	R\$ 1.725,87	R\$ -	Operacional
IMOBILIZADO	R\$ 52.115,56	R\$ 40.007,12	-R\$ 12.108,44	
IMOBILIZADO	R\$ 181.452,99	R\$ 193.036,09	R\$ 11.583,10	Investimentos
DEPRECIACÃO ACUMULADA	-R\$ 120.980,63	-R\$ 143.467,73	-R\$ 22.487,10	-
AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	-R\$ 8.356,80	-R\$ 9.561,24	-R\$ 1.204,44	-
INTANGÍVEL	R\$ 2.742,24	R\$ 2.051,88	-R\$ 690,36	
INTANGÍVEL	R\$ 6.880,00	R\$ 6.880,00	R\$ -	Investimentos
AMORTIZAÇÃO INTANGÍVEL	-R\$ 4.137,76	-R\$ 4.828,12	-R\$ 690,36	-
PASSIVO CIRCULANTE	R\$ 222.775,34	R\$ 171.857,96	-R\$ 50.917,38	

FOLHA DE PAGAMENTO-EMPREGADOS	R\$ 28,59	R\$ -	-R\$ 28,59	Operacional
PROV. FÉRIAS E 13º SALÁRIO	R\$ 23.439,75	R\$ 32.008,22	R\$ 8.568,47	Operacional
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	R\$ 13.205,13	R\$ 13.345,93	R\$ 140,80	Operacional
IMPOSTOS RETIDOS A RECOLHER	R\$ 3.892,73	R\$ 3.654,16	-R\$ 238,57	Operacional
IMPOSTOS CONTRIB. S/ RECEITAS	R\$ 4.900,16	R\$ 4.370,14	-R\$ 530,02	Operacional
OUTRAS CONTAS A PAGAR	R\$ 7.559,40	R\$ 836,00	-R\$ 6.723,40	Operacional
SERVIÇOS PRESTADOS - TERCEIROS	R\$ 169.749,58	R\$ 117.643,51	-R\$ 52.106,07	Operacional
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-R\$ 17.573,66	R\$ 95.093,49	R\$ 112.667,15	
CAPITAL SOCIAL INTEGRALIZADO	R\$ 1.099.674,00	R\$ 1.099.674,00	R\$ -	Financiamentos
RESULTADO ACUMULADO	-R\$ 1.117.247,66	-R\$ 1.120.123,39	-R\$ 2.875,73	Financiamentos
RESULTADO DO EXERCÍCIO	R\$ -	R\$ 115.542,88	R\$ 115.542,88	Financiamentos

Fonte: elaborado pelo autor

Tabela 7

Demonstração do Resultado do Exercício da microempresa de Turismo do ano 2018

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - 2018	
RECEITA BRUTA	R\$ 1.075.785,02
(-) DEDUÇÕES	-R\$ 54.148,01
RECEITA LÍQUIDA	R\$ 1.021.637,01
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS	-R\$ 857.285,36
(-) DESPESAS FINANCEIRAS	-R\$ 9.373,96
(-) DESPESAS TRIBUTÁRIAS	-R\$ 5.030,16
(+) RECEITAS FINANCEIRAS	R\$ 2.469,06
LUCRO OPERACIONAL	R\$ 152.416,59
LUCRO ANTES DA CSLL	R\$ 152.416,59
(-) CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-R\$ 13.827,64
LUCRO ANTES DO IR	R\$ 138.588,95
(-) IR	-R\$ 23.046,07
LUCRO LÍQUIDO	R\$ 115.542,88

Fonte: elaborado pelo autor

4.2.2 Explicação da Estrutura

A DFC foi elaborada com base no Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício pelo método indireto. Os dados coletados foram registrados em uma tabela para fins de cálculo da variação dos saldos das contas do ativo, passivo e patrimônio líquido do exercício social do ano de 2018, sendo classificadas as atividades de acordo com a operação da empresa, conforme mostra a tabela a seguir.

Tabela 8
Demonstração do Fluxo de Caixa do ano 2018

DFC MÉTODO INDIRETO - 2018		
Operacional		
Lucro Líquido do Exercício	R\$	115.542,88
(+) Depreciação Acumulada	R\$	22.487,10
(+) Amortização Acumulada	R\$	1.894,80
(=) Lucro Líquido Ajustado	R\$	139.924,78
(+) Outros Valores a Receber	R\$	3.167,25
(+) Adiantamento Diversos	R\$	1.750,72
(+) Impostos e Contribuições a Recuperar	R\$	4.046,98
(-) Folha de Pagamento - Empregados	-R\$	28,59
(+) Provisão de Férias e 13º Salário	R\$	8.568,47
(+) Encargos Sociais a Pagar	R\$	140,80
(-) Impostos Retidos a Recolher	-R\$	238,57
(-) Impostos e Contribuições S/ Receitas	-R\$	530,02
(-) Outras Contas a Pagar	-R\$	6.723,40
(-) Serviços Prestados de Terceiros	-R\$	52.106,07
(=) Caixa Consumido Atividade Operacional	-R\$	41.952,43
Investimento		
(-) Imobilizado	-R\$	11.583,10
(=) Caixa Consumido Atividade Investimento	-R\$	11.583,10
Financiamento		
Resultado Acumulado	-R\$	2.875,73
(=) Caixa Consumido Atividade Financiamento	-R\$	2.875,73
Variação do Caixa	R\$	83.513,52

Fonte: elaborado pelo autor

A análise da estrutura se repete, conforme explicação no item 4.1.2

4.2.3 Análise da DFC

No exercício social de 2018 o resultado líquido da empresa foi positivo em comparação ao exercício anterior. Entretanto, a variação do caixa teve um decréscimo significativo de 69,4%, assim como os equivalentes de caixa. Apesar da entidade apresentar um lucro líquido,

suas obrigações continuaram a aumentar e isso traz um ponto de atenção com relação as variações de saldo que ocorrerão durante o período.

Constatou-se que os fluxos das atividades operacional, de investimento e de financiamento apresentaram saldos negativos. Dessa forma, a situação econômica da empresa não foi favorável, visto o saldo de caixa operacional apresentar prejuízo. Todavia, se a empresa continuar a manter esses saldos de caixas negativos, é quase certo de evoluir em problemas financeiros difíceis de reparar. Portanto, se faz necessário que o caixa das atividades operacionais esteja positivo e seja suficiente para que a empresa possa reverter esse cenário e começar a investir na sua organização, honrar com suas obrigações e obter lucro líquido.

4.3. CONCLUSÃO

A partir da análise feita sobre o fluxo de caixa, pode-se inferir que é uma importante ferramenta gerencial e uma demonstração indispensável para os gestores de microempresas avaliarem a sua gestão financeira e se planejarem a curto e longo prazo. Além de ser uma ferramenta muito útil, é de fácil compreensão, pois demonstra as variações ocorridas no caixa de maneira clara e tempestiva em determinado período.

1757

É fundamental que os gestores de microempresas possuam o conhecimento acerca da DFC, mesmo que não sejam obrigados a demonstrá-la, pois a sua utilidade permitirá obter informações confiáveis para um bom planejamento das movimentações de caixa. Vale ressaltar que, se analisada em conjunto com as demais demonstrações contábeis revelará informações essenciais para a tomada de decisão, contribuindo para uma gestão mais eficaz.

Contudo, pode-se dizer que é um relatório contábil que norteia a empresa, avaliando a saúde financeira no decorrer de suas atividades. Se o microempreendedor possuir conhecimento e utilizá-la como ferramenta gerencial, obterá uma base fundamental para análise de possíveis riscos e benefícios inerentes a sua atividade organizacional, assim como conhecer melhor o seu negócio e saber aplicar seus recursos no mercado, quando há autossuficiência de capital de giro.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No cenário onde estão inseridas as Instituições de Ensino Superior nota-se uma crescente globalização e concorrência, demandando uma maior procura por conhecimento

de nível superior relacionado ao meio empresarial. Falar sobre a importância da Demonstração do Fluxo de Caixa proporciona aos alunos e profissionais da área de Contabilidade informações úteis e confiáveis, de maneira que os auxiliem na gestão financeira e sejam um referencial no meio acadêmico e profissional.

O fluxo de Caixa é fundamental para sinalizar o rumo dos negócios. Através de sua utilização é possível obter um prognóstico dos seus recursos financeiros e de sua necessidade de capital de giro. Manter um controle exato das entradas e saídas de dinheiro do caixa é essencial para que o gestor avalie a capacidade que a empresa tem de honrar seus compromissos dentro dos prazos de vencimento, bem como saber o momento exato de realizar investimentos. Por isso, é importante que a empresa avalie o seu ciclo operacional de forma a sincronizar as suas atividades com as movimentações do caixa.

Abordar o tema sobre a importância e utilização da Demonstração do Fluxo de caixa foi essencial para apresentar as principais demonstrações contábeis e fundamentar a realização desse artigo. Evidenciar a diferença entre o Fluxo de Caixa Financeiro e o Fluxo de Caixa Contábil concedeu uma melhor compreensão sobre as particularidades de cada relatório, permitindo um entendimento dos seus objetivos e finalidades. Isto posto, apresentar os métodos de elaboração do Fluxo de Caixa possibilita uma melhor interpretação e análise dos resultados financeiro, além de ajudar na projeção de caixa futuro.

1758

A importância do fluxo de caixa para microempresas que buscam se desenvolver no mercado é imprescindível. É um relatório contábil que permite ser elaborado através de dois métodos: direto e o indireto. O primeiro com uma abordagem mais clara e didática a respeito das movimentações diárias com seus respectivos registros e o segundo requer um conhecimento mais profundo para analisar os ajustes de resultado e as variações patrimoniais ocorridas nas três atividades: operacional, de investimento e financiamento.

A organização não apresenta a DFC junto com as demais demonstrações contábeis em virtude de não caber a obrigatoriedade, isto é, ela não possui um relatório que apresente as movimentações de caixa. É importante que o gestor entenda que essa é a única demonstração que evidencia de fato o caixa da empresa, visto que as demais demonstrações regem o regime de competência. Portanto, ao ser utilizada em conjunto com as demais apresenta informações relevantes e fidedignas para a tomada de decisão.

Portanto, se o gestor utilizar as informações extraídas da Demonstração do Fluxo de Caixa notará a importância de ter uma ferramenta que o auxilie no controle gerencial e

estratégico para se estabelecer no mercado competitivo, de maneira a se adaptar as mudanças ocorridas no cenário atual e aproveitar as oportunidades que surgirem.

Seguindo a mesma linha da pesquisa, é interessante pensar como o Fluxo de Caixa pode contribuir para a gestão do capital de giro de microempresas oferecendo diferentes modelos com especificidades e finalidades distintas, como por exemplo: o fluxo de caixa operacional, fluxo de caixa projetado, fluxo de caixa livre e o fluxo de caixa descontado.

O objeto de estudo desse artigo possibilitou adquirir um conhecimento aprofundado sobre um tema já conhecido no meio empresarial, porém pouco explorado. Desenvolver essa pesquisa trouxe benefícios pessoais ao agregar valor às minhas finanças, e profissional por elaborar uma Demonstração Contábil para uma microempresa sob a análise de seus resultados, concedendo a oportunidade de implementar uma ferramenta de gestão financeira no seu negócio.

REFERÊNCIAS

CADASTUR. Cadastro em Números. Disponível em: <<https://cadastur.turismo.gov.br/hot-site/#!/public/resultados>>. Acesso em 05/10/2019.

CPC 03 (R2). Demonstração dos Fluxos de Caixa. 2010. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=34>. Acesso em: 08/09/2019. 1759

CPC 26 (R1). Apresentação das Demonstrações Contábeis. 2011. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=57>. Acesso em: 08/09/2019.

CRESWELL, J. W. W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, A. C. Método e técnicas de pesquisa social. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOLDRATT, Eliyahn M., COX, Jeff. A meta. São Paulo: Imam, 1990.

GUIMARÃES, Paulo Ricardo Bittencourt. Métodos Quantitativos Estatísticos. 1 ed. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2008.

IBRACON. NPC nº 27 – Demonstrações Contábeis. 2005. Disponível em: www.portaldecontabilidade.com.br/ibracon/npc27.htm. Acesso em: 08/09/2019.

IUDÍCIBUS, Sérgio; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações (aplicável às demais sociedades). 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Pesquisa da CNC aponta faturamento recorde e geração de empregos no turismo brasileiro. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltima-s-not%C3%ADcias/13000-pesquisa-da-cnc-aponta-faturamento-recorde-e-gera%C3%A7%C3%A3o-de-empregos-no-turismo-brasileiro.html>>. Acesso em :05/10/2019.

NBC TG 09. Demonstração do Valor Adicionado. 2011. Disponível em: http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_1138.pdf. Acesso em: 08/09/2019.

NBC TG 1000. Contabilidade Para Pequenas e Médias Empresas. Disponível em: <http://www.portaldecontabilidade.com.br/nbc/NBC-TG-1000.htm>. Acesso em 17/09/2019.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/11638.htm> Acesso em: 01/09/2019.

SÁ, Carlos Alexandre. Fluxo de caixa. A visão da Tesouraria e da Controladoria. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SEBRAE. Planilha ajuda a fazer o fluxo de caixa da sua empresa. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/planilha-ajuda-a-fazer-fluxo-de-caixa-da-sua-empresa,adf8d53342603410VgnVCM100000b272010aRCRD>. Acesso em: 17/09/2019.

SILVA, Alexandre Alcântara da. Estrutura, Análise e Interpretação das Demonstrações Contábeis. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2017.

TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO. Assistente Financeiro – manual do estudante / Senac Rio. 2 eds. Rio de Janeiro: Senac Rio, 2011.

1760